

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.763.769 - SP (2018/0225238-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO BUZZI**  
**RECORRENTE** : TRIÂNGULO DO SOL AUTO ESTRADAS S/A  
**ADVOGADOS** : PAULO AUGUSTO BERNARDI - SP095941  
CRISTIANO AUGUSTO MACCAGNAN ROSSI E OUTRO(S) -  
SP121994  
**RECORRIDO** : CHUBB SEGUROS BRASIL S.A  
**OUTRO NOME** : ACE SEGURADORA S/A  
**ADVOGADOS** : DARCIO JOSE DA MOTA - SP067669  
INALDO BEZERRA SILVA JUNIOR - SP132994  
MAURÍCIO ALMEIDA FIORI E OUTRO(S) - SP282360  
**AGRAVANTE** : CHUBB SEGUROS BRASIL S.A  
**OUTRO NOME** : ACE SEGURADORA S/A  
**ADVOGADOS** : DARCIO JOSE DA MOTA - SP067669  
INALDO BEZERRA SILVA JUNIOR - SP132994  
MAURÍCIO ALMEIDA FIORI E OUTRO(S) - SP282360  
**AGRAVADO** : TRIÂNGULO DO SOL AUTO ESTRADAS S/A  
**ADVOGADOS** : PAULO AUGUSTO BERNARDI - SP095941  
CRISTIANO AUGUSTO MACCAGNAN ROSSI E OUTRO(S) -  
SP121994  
**INTERES.** : ANDREA GOMES DA SILVA MONTALVAO  
**INTERES.** : JANAINA DE FATIMA BARBOSA DE LIMA  
**ADVOGADOS** : JACI TEREZINHA SOARES DE CASTRO - SP161115  
LENIRO DA FONSECA - SP078066

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por ACE SEGURADORA S/A em face de decisão de inadmissibilidade de recurso especial (fls. 1185/1187, e-STJ).

No referido julgado, o Tribunal local negou seguimento ao reclamo, sob os seguintes fundamentos: a) incidência da súmula 284/STF, por não ter sido demonstrada a alegada vulneração aos dispositivos arrolados; b) não foi realizado o devido cotejo analítico; c) incidência da Súmula 13/STJ por ausência de dissídio de Tribunais diversos.

Interposto o presente agravo (fls. 1190/1200, e-STJ), no qual a agravante pretende a reforma da decisão impugnada e repisa os argumentos expostos nas razões do apelo extremo.

Contraminuta às fls. 1204/1220, e-STJ.

É o relatório.

Decido.

O presente recurso não deve ser conhecido.

**1.** Com efeito, à luz do princípio da dialeticidade, que norteia os recursos, deve a parte recorrente impugnar especificamente os fundamentos suficientes para manter o *decisum* hostilizado, de maneira a demonstrar que o julgamento proferido merece ser modificado; ou seja, não basta que faça alegações genéricas em sentido contrário às afirmações do julgado

contra o qual se insurge, deve especificamente infirmar a fundamentação utilizada.

No caso, o recurso especial não foi admitido com base nos seguintes fundamentos: (a) incidência da Súmula 284/STF, por não ter sido demonstrada a alegada vulneração aos dispositivos arrolados; (b) não foi realizado o devido cotejo analítico; (c) incidência da súmula 13/STJ em virtude da ausência de dissídio de Tribunais diversos.

No entanto, a parte recorrente se limitou a repetir as razões do apelo especial, nem sequer se referindo aos fundamentos da decisão agravada - **ausência de dissídio de Tribunais diversos (Súmula 13)**.

Tal conduta determina o não conhecimento da irresignação, na forma dos arts. 932, III, do CPC/15 e 253, parágrafo único, I, do RISTJ:

**Art. 932.** Incumbe ao relator:

III - não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida;

(...)

**Art. 253.** O agravo interposto de decisão que não admitiu o recurso especial obedecerá, no Tribunal de origem, às normas da legislação processual vigente.

**Parágrafo único.** Distribuído o agravo e ouvido, se necessário, o Ministério Público no prazo de cinco dias, o relator poderá:

I - não conhecer do agravo inadmissível, prejudicado ou daquele que não tenha impugnado especificamente todos os fundamentos da decisão recorrida;

Assim, incide, na espécie, a Súmula 182 do STJ: *"É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada."*

Nesse sentido, os recentes julgados da Corte Especial deste Tribunal: EAREsp n.701404/SC, EAREsp n. 746775/PR e EAREsp n. 831326/SP.

A propósito:

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DE TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA. ART. 544, § 4º, I, DO CPC/1973. ENTENDIMENTO RENOVADO PELO NOVO CPC, ART. 932.

1. No tocante à admissibilidade recursal, é possível ao recorrente a eleição dos fundamentos objeto de sua insurgência, nos termos do art. 514, II, c/c o art. 505 do CPC/1973. Tal premissa, contudo, deve ser afastada quando houver expressa e específica disposição legal em sentido contrário, tal como ocorria quanto ao agravo contra decisão denegatória de admissibilidade do recurso especial, tendo em vista o mandamento insculpido no art. 544, § 4º, I, do CPC, no sentido de que pode o relator "não conhecer do agravo manifestamente inadmissível ou que não tenha atacado especificamente os fundamentos da decisão agravada" - o que foi reiterado pelo novel CPC, em seu art. 932. 2. A decisão que não admite o recurso especial tem como escopo exclusivo a apreciação dos pressupostos de admissibilidade recursal.

Seu dispositivo é único, ainda quando a fundamentação permita concluir pela presença de uma ou de várias causas impeditivas do julgamento do mérito recursal, uma vez que registra, de forma unívoca, apenas a inadmissão do recurso. Não há, pois, capítulos autônomos nesta decisão.

3. A decomposição do provimento judicial em unidades autônomas tem como parâmetro inafastável a sua parte dispositiva, e não a fundamentação como um elemento autônomo em si mesmo, ressoando inequívoco, portanto, que a decisão agravada é incindível e, assim, deve ser impugnada em sua integralidade, nos exatos termos das disposições legais e regimentais.

4. Outrossim, conquanto não seja questão debatida nos autos, cumpre registrar que o posicionamento ora perfilhado encontra exceção na hipótese prevista no art. 1.042, caput, do CPC/2015, que veda o cabimento do agravo contra decisão do Tribunal a quo que inadmitir o recurso especial, com base na aplicação do entendimento consagrado no julgamento de recurso repetitivo, quando então será cabível apenas o agravo interno na Corte de origem, nos termos do art.

1.030, § 2º, do CPC.

5. Embargos de divergência não providos.

(EAREsp 701.404/SC, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Rel. p/ Acórdão Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/09/2018, DJe 30/11/2018).

**2.** Do exposto, com fundamento no art. 932 do Novo Código de Processo Civil c/c Súmula 182/STJ, não conheço do agravo em recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator